

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v21i38.1117>

*A POLÍTICA DE ALDEIAS COMUNAIS COMO PROPOSTA DE URBANIZAÇÃO DO MEIO RURAL NO MOÇAMBIQUE SOCIALISTA (1975-1986)*¹

THE POLICY OF COMMUNAL VILLAGES AS A PROPOSAL FOR RURAL URBANIZATION IN SOCIALIST MOZAMBIQUE (1975-1986)

LA POLÍTICA DE ALDEAS COMUNALES COMO PROPUESTA DE URBANIZACIÓN DEL MEDIO RURAL EN MOZAMBIQUE SOCIALISTA (1975-1986)

CARDOSO ARMANDO

ORCID: <https://orcid.org/00000003-/580-5736>

Doutorado em estudos étnicos e africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Salvador, Bahia – Brasil

catacuarcua@gmail.com

Resumo: O presente estudo versa sobre a política de aldeias comunais como proposta de urbanização do meio rural no Moçambique socialista (1975-1986). O objetivo é compreender o processo da implementação da política das aldeias comunais a partir da experiência da FRELIMO² nas zonas libertadas. Trata-se de uma pesquisa exploratória, alicerçada no método bibliográfico. A pesquisa concluiu que em Moçambique, a política das aldeias comunais, por um lado, surge como forma de organização da população camponesa e de controle da mesma para facilitar o provimento de serviços sociais básicos. Por outro, tinha em vista a redistribuição inter-regional da população rural, tendo em conta uma relação equilibrada com os recursos naturais, a reorganização local das formas de assentamentos humanos rurais urbanizados e o abrandamento do êxodo rural que sufocava as cidades e as vilas em busca de melhores condições que o campo não oferecia.

Palavras-chave: Aldeias comunais. Zonas libertadas. Moçambique socialista.

Abstract: This study discusses the communal villages policy as a proposal for the urbanization of rural areas in socialist Mozambique (1975-1986). The objective is to understand the process of the communal villages implementation policy based on the experience of Frelimo in the liberated areas. It is an exploratory research, grounded on the bibliographic method. The research concluded that, in Mozambique, the communal villages policy appears, on one hand, as a peasant population form of organizing and regulating, so as to facilitate the provision of basic social services. On the other hand, it aimed at the inter-regional redistribution of the rural population taking into account a balanced relationship with natural resources, the local reorganization of the forms of urbanized rural human settlements and the slowing down of the rural exodus that suffocated the cities and towns in search for better conditions that the countryside did not offer.

Keywords: Communal villages. Liberated zones. Socialist Mozambique.

Resumen: El presente estudio trata sobre la política de las aldeas comunales como propuesta de urbanización del medio rural en Mozambique socialista (1975-1986). El objetivo es comprender el proceso de implementación de la política de las aldeas comunales a partir de la experiencia de la FRELIMO³ en las zonas liberadas. Esta investigación es de carácter exploratorio y bibliográfico. Por un lado, una de las principales conclusiones es que, en Mozambique, la política de las aldeas

¹ Artigo submetido à avaliação em janeiro de 2024 e aprovado para publicação em maio de 2024.

² Frente de Libertação de Moçambique.

³ Frente de Liberación de Mozambique.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

comunales surge como forma de organización de la población campesina y del control de la misma, para garantizar los servicios sociales básicos. Por otro, tiene en cuenta la redistribución interregional de la población rural, la relación equilibrada con los recursos naturales, la reorganización local de las formas de asentamientos humanos rurales urbanizados y la disminución migratoria rural que afectaba a las ciudades y pueblos en busca de mejores condiciones que el campo no ofrecía.

Palabras clave: Aldeas comunales. Zonas liberadas. Mozambique socialista.

Introdução

O presente estudo procura fazer uma reflexão sobre a política de aldeias comunais como proposta da urbanização do meio rural no Moçambique socialista (1975-1986). A necessidade de ordenamento territorial e organização das populações rurais, e do controle da mesma, sempre esteve presente nos projetos da FRELIMO com o propósito de criar melhores condições de vida nos locais de origem e de travar o êxodo rural em busca de condições nos centros urbanos. É neste viés que Moçambique, após conquistar a sua independência em 1975, embarcou em uma jornada de transformação socioeconômica e política, buscando erradicar desigualdades históricas e construir uma sociedade socialista. Uma das iniciativas que caracterizou esse período foi a política de aldeias comunais, cujo objetivo era a urbanização do meio rural como parte de um projeto mais amplo de desenvolvimento e modernização. Entre 1975 e 1986, essas aldeias foram implementadas como uma estratégia fundamental para reestruturar as relações sociais, econômicas e políticas em Moçambique. Entretanto, os objetivos de construção de uma sociedade socialista exigiam grandes esforços de investimentos públicos para a transformação estrutural da economia e para a edificação dos sectores capazes de romper com o subdesenvolvimento, na perspectiva da construção de um país forte e próspero. É na sequência disso que a FRELIMO, inspirando-se na política de Ujamaa da Tanzânia, propõe a implementação de aldeias comunais como um projeto endógeno. Essas aldeias são baseadas nos valores tradicionais e nas relações pré-capitalistas. Essa ideia foi concebida após 10 anos da independência da Argélia e da experiência adquirida nas zonas libertadas. O objetivo é organizar as populações rurais, buscando o seu controle no âmbito de uma política socialista.

Internamente, o modelo socialista necessitava do apoio e da mobilização popular em torno do projeto. Para o efeito, optou-se, por um lado, pela mobilização e consciencialização da população sobre a importância do sacrifício do consumo privado para concentrar os recursos internos na formação do capital fixo, nos incentivos morais para o aumento da produtividade e do trabalho voluntário, e, por outro, pelo controle ideológico das

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

burocracias, dos quadros e da população, e pela repressão das vozes e forças não concordantes com o projeto político.

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica de natureza exploratória, fundamentada, principalmente, em revisão bibliográfica. Essa revisão foi conduzida com um enfoque direcionado para os trabalhos de autores notáveis, como Manuel G. Mendes de Araujo, Manuel Castells, Cláudia Castelo, Essiaca Jamal, Samora Moises Machel, José Magode, João Mosca, Tóme Miranda Maloa, Manuel Henriques Matine, Carlos Alberto Medeiros, Alexandre Hilário Monteiro Baia e Arcélia Ngomane Mula, cujas contribuições foram cruciais para fundamentar o debate em torno do tema em questão e, conseqüentemente, fornecer os alicerces para a elaboração deste artigo. A estrutura deste trabalho abarca diversos componentes, começando por esta introdução, seguida pelo enquadramento histórico das aldeias comunais em Moçambique, a análise da introdução/implementação do socialismo no país durante o período pós-independência, a exploração da implementação do projeto/plano das aldeias comunais como uma estratégia de urbanização do meio rural, o detalhamento das duas fases de implementação das aldeias comunais, as considerações finais que encapsulam as principais conclusões e recomendações derivadas do estudo e, finalmente, a lista de referências bibliográficas, garantindo a integridade acadêmica e a fundamentação teórica do trabalho.

Enquadramento histórico das aldeias comunais em Moçambique

Durante os períodos colonial e pós-colonial em Moçambique, os aldeamentos emergiram como uma resposta às exigências administrativas e econômicas impostas pelo regime colonial e pós-colonial. Sob o domínio português, os aldeamentos foram estabelecidos como parte de um sistema de controle destinado a facilitar a exploração dos recursos naturais e a manutenção da ordem colonial, exercendo um controle estratégico sobre as populações locais. Após a independência e a ascensão ao poder do governo da FRELIMO, observou-se uma continuidade nessa abordagem, na qual os aldeamentos mantiveram a sua função como instrumento de controle e organização social, mas também com o desejo de urbanizar o meio rural, agora sob uma nova liderança política. Essa continuidade revela a adaptação das estruturas administrativas e políticas herdadas do período colonial às necessidades e prioridades do Estado pós-colonial, evidenciando a persistência de certas dinâmicas de poder e dominação, mesmo após a independência.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

A fundamentação teórica acerca da experiência das aldeias comunais em Moçambique, segundo Castelo (2021), Matine (2021), Castells (1999) e Maloa (2016), sustenta-se em múltiplas influências, sendo a FRELIMO um fator central. Por um lado, é ressaltada a influência da política colonial de colonatos, descrita por Castelo (2021) como uma forma de “engenharia social” implementada no final do século XIX, visando a gestão da população rural e a prevenção do êxodo para áreas urbanas, além das experiências durante o período de guerra (1964-1974). Por outro lado, são destacadas as influências adquiridas pela FRELIMO durante a luta de libertação, incluindo os contatos com o pensamento de Julius Nyerere sobre Ujamaa na Tanzânia, interpretado por esses autores como um programa de desenvolvimento rural centrado na agricultura coletiva e na transformação do modo de produção familiar. Matine (2021) acrescenta que a política das aldeias comunais também se baseia em influências marxista-leninistas, derivadas de eventos como a Revolução Russa de 1917, a Revolução Chinesa de 1949 e a Revolução Vietnamita de 1954, bem como as *Compagnes de Regroupement* de 1963, durante a guerra colonial na Argélia.

Essas influências são corroboradas por Castelo (2021), que aponta para a prática de reassentamento forçado em aldeias estratégicas, comum em contextos de guerrilha anticolonial na África, como no Quênia após a revolta Mau-Mau, em 1952. Adicionalmente, destaca-se a política de povoamento branco em Angola e Moçambique, visando a ocupação do território e o desenvolvimento econômico-social, exemplificado pelo investimento em colonatos, como o colonato de Limpopo nos anos de 1950-1960, em Moçambique. Essa intersecção de influências históricas e ideológicas fornece um contexto abrangente para compreender a implementação e o desenvolvimento das aldeias comunais em Moçambique.

Na óptica de Gallo (2016), a perspectiva percebida como “civilizatória” enxergava o aldeamento como um meio para impor padrões higiênicos, promover a monogamia nas famílias e, principalmente, inculcar o hábito do trabalho agrícola por meio das machambas, com o intuito de modificar os costumes e os comportamentos das populações locais, além de exercer controle sobre a sua força de trabalho e assegurar a arrecadação de impostos. Nesse viés, é pertinente destacar que a dinâmica da colonização portuguesa em Moçambique foi caracterizada pela implementação de um sistema de trabalho compulsório, denominado “trabalho indígena”, com o propósito de prover uma fonte de mão de obra barata para as plantações e minas operadas pelos colonizadores. Como resultado dessa prática, a administração colonial optou por estabelecer aldeamentos indígenas, com o intuito de exercer um controle mais eficaz sobre essa mão de obra, reunindo e supervisionando de perto os habitantes locais. Gallo (2016) destaca que, contrastando com o modelo de concentração

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

populacional dos aldeamentos coloniais, a FRELIMO implementou nas áreas libertadas as aldeias comunais, caracterizadas pela organização em torno da produção agrícola coletiva, pela regulação do convívio social através de comitês disciplinares e pela oferta de aulas de reeducação política para disseminar os princípios revolucionários. Dessa maneira, em paralelo aos aldeamentos coloniais, as aldeias comunais foram igualmente promovidas, a partir de 1971, como ambientes seguros e apelativos para a população, com vistas à concretização da noção de urbanização do meio rural, concebida como “cidades do campo”.

Em linhas gerais, a contextualização histórica das aldeias comunais em Moçambique evidencia uma intrincada interação entre políticas coloniais e pós-coloniais, delineadas por objetivos administrativos, econômicos e ideológicos. Tanto durante o período de domínio colonial português quanto após a independência, sob a égide da FRELIMO, as aldeias foram empregadas como ferramentas de controle populacional, engenharia socioeconômica e difusão de ideologias políticas. Inspiradas em práticas de reassentamento compulsório de outras áreas colonizadas e permeadas por concepções socialistas, as aldeias comunais refletem tanto a influência colonial quanto os anseios por mudanças sociais e econômicas. Apesar das aspirações de fomentar o desenvolvimento rural e a coesão coletiva, as aldeias comunais se depararam com desafios consideráveis, expondo as fricções entre os ideais ideológicos e as realidades pragmáticas de Moçambique.

A introdução do socialismo em Moçambique no período pós-independência

A ascensão da FRELIMO ao poder trouxe consigo a implementação de políticas socialistas, que buscavam transformar radicalmente as estruturas socioeconômicas do país. Nesse contexto, as aldeias comunais foram concebidas como instrumentos para a realização dos ideais socialistas, representando uma tentativa de reorganizar a sociedade rural em conformidade com os princípios da coletivização e da igualdade econômica. Assim, a introdução do socialismo em Moçambique catalisou a expansão e a consolidação das aldeias comunais como uma faceta central da visão política e econômica do governo pós-colonial.

A introdução do socialismo em Moçambique foi um processo complexo, o qual envolveu uma análise abrangente das formas de organização do Estado, as suas interações com a sociedade, as realidades sociais, as relações externas e os contextos regionais e internacionais. Conforme argumentado por Matine (2021), foi dentro dessa lógica de pensamento que a FRELIMO, em seu II Congresso em 1968, desempenhou um papel crucial ao definir uma posição clara em relação à ideologia a ser seguida, optando pelo socialismo/comunismo como linha de orientação viável. Uma das influências que

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

contribuíram para essa decisão foi, como apontado por Matine, o apoio recebido de países do bloco leste para combater o colonialismo. Essa contextualização política e ideológica foi fundamental para a compreensão da implementação do socialismo em Moçambique e suas implicações tanto internas quanto externas.

Após a conquista da independência em 1975, uma das principais metas da FRELIMO foi a construção de uma economia e sociedade fundamentadas nos princípios socialistas. Nesse contexto, a implementação das aldeias comunais emergiu como uma prioridade estratégica para o partido. Essas comunidades foram concebidas como elementos-chave na consolidação do poder e da governança da FRELIMO, permitindo um controle mais efetivo sobre as populações rurais. A criação das aldeias comunais visava não apenas impulsionar o desenvolvimento econômico e social, mas também difundir a ideologia política do partido entre os habitantes locais e bases para a urbanização do campo. Ademais, essas comunidades desempenharam um papel crucial como centros de mobilização e organização para programas de educação, saúde e agricultura, com o objetivo de elevar as condições de vida nas áreas rurais e fortalecer o apoio popular à FRELIMO. Essa abordagem reflete a interseção entre os objetivos políticos, econômicos e sociais da FRELIMO na busca pela consolidação do socialismo em Moçambique pós-independência. No diapasão, João Mosca (1999, p. 81) salienta que,

Com a independência, a FRELIMO apresenta um projeto de economia e sociedade socialista assente no poder monopartidarista. O movimento de libertação transformou-se num partido marxista-leninista no III Congresso realizado em Fevereiro de 1977, cujas disputas internas durante a Luta de Libertação Nacional fez com que dominasse uma aliança entre militantes representantes de uma corrente de esquerda radical ortodoxa e membros ideologicamente defensores de algo parecido com o populismo. Neste viés, a economia deveria assentar na ‘quase-ausência’ da propriedade privada, pelo menos sobre os principais meios de produção, na direção da economia pelo plano que deveria cumprir os objetivos políticos e que substituiria o mercado na afetação de recursos. O Estado concentraria a acumulação para canalizar os recursos de acordo com os objetivos de construção do socialismo, sendo para o efeito necessário, segundo a concepção mais radical, o controlo das atividades e dos fluxos geradores de riqueza.

A implementação do socialismo como diretriz ideológica, adotada no II Congresso em 1968 e concretizada com a oficialização da FRELIMO como partido marxista-leninista no III Congresso em 1977, marcou uma transição significativa no panorama político moçambicano. Esse movimento ideológico, que inicialmente visava estabelecer uma sociedade socialista, evoluiu gradualmente para um sistema de partido único autoritário. Em

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

relação à questão do autoritarismo, manifestado através da repressão de vozes e forças dissidentes em consonância com o projeto político estabelecido, a análise de Mosca (1999, p. 83) destaca que,

Esse fenômeno não apenas derivou das estratégias organizacionais e militares inerentes ao período da guerra de libertação, mas também foi uma característica intrínseca à implementação do modelo socioeconômico. Nesse contexto, o plano de reestruturação da sociedade era imperativo e possuía força de lei, com as decisões sendo centralizadas e restritas, e sua implementação exigindo adesão inquestionável e fidelidade dos executores. As políticas eram delineadas de forma autoritária, sem espaço para debate ou contestação, sendo que a sua execução era disseminada e efetivada por meio da mobilização e lealdade dos agentes governamentais. Esta análise lança luz sobre as dinâmicas políticas e sociais que moldaram o Estado moçambicano durante esse período, destacando os desafios e complexidades associados à consolidação do socialismo e autoritarismo no país.

Em termos gerais, a introdução e a implementação do socialismo em Moçambique após a independência foram caracterizadas por uma transição ideológica e política significativa, com a FRELIMO estabelecendo-se como um partido marxista-leninista. Essa mudança de paradigma refletiu-se na formulação e implementação de políticas que visavam transformar a sociedade moçambicana em conformidade com os princípios socialistas, incluindo a criação de aldeias comunais como parte integrante dessa visão política. No entanto, essa transição também foi acompanhada por um aumento do autoritarismo estatal, com a repressão de vozes dissidentes e a centralização do poder nas mãos do partido governante. Essa era uma fase marcada por desafios e contradições, à medida que Moçambique buscava reconciliar os ideais socialistas com as realidades socioeconômicas e políticas do país.

A implementação da política das aldeias comunais como proposta da urbanização do meio rural em Moçambique

A implementação das aldeias comunais em Moçambique durante o período pós-independência foi profundamente influenciada pela introdução do socialismo, refletindo uma visão de transformação radical das estruturas socioeconômicas em busca de uma sociedade supostamente mais igualitária, coletivista e organizada em moldes urbanos. A ideologia socialista, que guiou tanto a adoção do socialismo quanto a criação das aldeias comunais, alimentou a utopia de uma comunidade autossuficiente e solidária, onde os recursos seriam compartilhados e a organização comunitária se tornaria a base fundamental da vida rural. No

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

entanto, essa visão idealista muitas vezes enfrentou desafios práticos e resistência local, destacando as complexidades inerentes à implementação de políticas sociais e econômicas em contextos de transição pós-colonial.

Conforme observado por Brito (2019), a partir de 1977, o relatório do Comitê Central ao III Congresso da FRELIMO oficializou o partido como uma vanguarda marxista-leninista. Essa designação marcou uma mudança significativa na orientação ideológica e política da FRELIMO, direcionando os esforços de seus líderes para a concretização do poder popular, um slogan do partido, que se materializava nas aldeias comunais até então estabelecidas, além do ideal do “Homem Novo”. Essa oficialização reforçou o compromisso da FRELIMO com os princípios do marxismo-leninismo e sinalizou uma orientação clara em direção a uma sociedade socialista, com as aldeias comunais emergindo como elementos centrais dessa visão política, onde se buscava promover a participação popular e a transformação social e econômica. Em continuidade, Mula (2022) ressalta que, no período pós-independência, as aldeias comunais foram concebidas como o epicentro da transformação do “homem novo” moçambicano, cuja produtividade e organização requeriam a abolição da dispersão habitacional nas áreas rurais. Para a elite política da FRELIMO, a vida coletiva nas aldeias comunais era percebida como um meio para potencializar a força do povo, contrastando com a suposta falta de coletividade nas cidades, onde predominava o individualismo e o egoísmo. Esses valores eram vistos como obstáculos a serem combatidos pela FRELIMO. A influência “maoisante” inicial da FRELIMO persistiu em certo grau no discurso subsequente, embora a orientação ideológica tenha gradualmente se voltado mais para o marxismo dos países do bloco oriental, caracterizado pelo estalinismo-soviético. Esse fenômeno foi, em parte, resultado do crescente papel dos novos quadros, especialmente na formulação da política econômica, evidenciando uma mudança na dinâmica política e ideológica do país durante esse período. Contudo, os desafios surgidos na implementação desses projetos evidenciaram as intrincadas nuances da aplicação prática dessas ideologias em um contexto político, econômico e cultural diversificado como o de Moçambique. Isso ressalta a importância da adaptação e flexibilidade para lidar com as realidades locais e assegurar o êxito das políticas socialistas.

Moçambique encontrou inspiração na política das Comunas Populares, uma iniciativa implementada na China durante o governo de Mao Zedong na década de 1950. Essa política buscava reformular a agricultura chinesa através da organização de grandes comunidades rurais, denominadas comunas, que integravam atividades agrícolas, industriais e de serviços. Os camponeses eram incentivados a se unir em comunas visando aumentar a

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

produção e alcançar a autossuficiência. Contudo, como observado por Maloa (2016), os processos teóricos subjacentes às aldeias comunais desenvolvidas nesses países foram transplantados para Moçambique de forma distorcida, em virtude das discrepâncias nas condições contextuais para a sua implementação.

A partir das diretrizes delineadas, torna-se evidente que, além da reestruturação do meio rural para promover a modernização da agricultura, havia também uma intenção, ainda que incipiente, de urbanizar o ambiente rural. Como descreve Sérgio Vieira, um dirigente da FRELIMO e um dos idealizadores da política em questão, o modelo de aldeias comunais era considerado o mais adequado para essa urbanização das comunidades, em contraposição à atual urbanização em curso no país, vista como desorganizada (Canalmoz, 2009). Nesse mesmo viés, autores como Medeiros (1989), Matine (2021), Baia (2009), Maloa (2019) e Mula (2022) argumentam que as aldeias comunais, em sua essência, representam uma alternativa ao povoamento disperso que historicamente caracterizou a ocupação e distribuição da população moçambicana, estabelecendo assim os alicerces do que neste artigo denominamos de proposta de urbanização do meio rural.

De acordo com Matine (2021), a proposta de urbanização do meio rural em Moçambique através das aldeias comunais teve seu embrião em 1976, com a apresentação pelo Ministério das Obras Públicas e Habitação do Manual de Planificação Física das Aldeias Comunais. Esse manual propunha a divisão geométrica de talhões em medidas específicas de 30x40 metros, juntamente com a criação de ruas de 10 a 20 metros, organizadas em bairros. Essa iniciativa foi formalmente ratificada durante a 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais em 1981, onde, conforme relata Araujo (1988, p. 373), “[...] estabeleceu-se um modelo dimensional para as aldeias compostas por quatro unidades (quarteirões), cada uma acomodando 250 famílias, totalizando uma média de 4 a 5 mil habitantes por aldeia”.

A análise dessa proposta ministerial, sob a égide do ordenamento territorial, permite inferir que se tratava, embora timidamente, de uma incursão na urbanização do campo a partir das aldeias comunais. O conceito de urbanização, conforme discutido por Maloa (2019, p. 3), refere-se ao “[...] processo de transformação do espaço urbano”. Nesse contexto, para este estudo, entende-se a urbanização como o processo que orienta a criação das aldeias comunais, partindo da compreensão da urbanização não apenas como uma estruturação do território, mas também como um fenômeno histórico-espacial com implicações socioeconômicas significativas.

Para Limonad (1999), ao descrever a cidade como meio urbano, olha como lócus, espaço de reprodução da força de trabalho, da troca e do consumo entanto instrumento de

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

coerção e normalização do espaço pelo Estado. A concepção que, em nossa análise, fundamentou a instituição das aldeias comunais como núcleos estratégicos para a disseminação da ideologia da economia socialista e para o exercício do controle demográfico. É nessa lógica que Baia (2009, p. 7) afirma que “[...] a paisagem urbana revela estruturas espaciais produzidas pela coexistência de relações de diferentes espaço-tempo”. Na nossa interpretação, com base nas concepções de Baia e Limonad, essa coexistência emerge das interações entre as aldeias comunais e o sistema de relações que governa a sociedade moçambicana. Nesse contexto, são observadas relações de dependência que são moldadas pelo Estado, mediante a sua posse da terra e o exercício do planejamento urbano.

Por sua vez Castells (1978, p.75), define

A urbanização enquanto uma noção ideológica, como processo através do qual uma proporção significativamente importante da população de uma sociedade se concentra em um certo espaço, no qual se constituem aglomerações funcional e socialmente interdependentes do ponto de vista interno, e em relação de articulação hierárquica (rede urbana). Assim pode se perceber o urbano enquanto o lugar da produção e da circulação necessária para a reprodução de relações sociais de produção onde intervêm diversos agentes.

Segundo Limonad (1999), ao analisar a trajetória da experiência das aldeias comunais e seus objetivos, reitera-se a constatação de que as relações sociais de produção não ocorrem em um vácuo, mas sim em espaços delimitados (como as aldeias), assumindo uma dimensão espacial e adquirindo qualidades específicas. Nesse contexto, é essencial reconhecer a natureza dialética dessas relações, onde uma implica a outra, sendo ambas interdependentes e contraditórias de maneira dialeticamente inseparável.

Baia (2009), Matine (2021) e Mula (2022) reafirmam que, entre 1975 e 1985/6, o aldeamento rural, o qual resultou na construção das “cidades do campo”, que, neste artigo, habilitamos de “aldeias comunais” como proposta de urbanização em Moçambique socialista, constituiu um longo processo de alterações socioculturais. Por sua vez, Baia (2009) afirma que as primeiras formas de povoamento que se pode considerar de cidades em Moçambique pós-independência, da iniciativa dos moçambicanos, pela concentração de população e pelas suas funções, para além das capitais de estado herdadas do colonialismo, são as aldeias comunais.

As fases de implementação das aldeias comunais

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

As aldeias comunais, enquanto política concebida pela FRELIMO com o propósito de reestruturar a sociedade, não se configurariam facilmente, dadas as complexidades inerentes à natureza humana. Ao contrário, a sua implementação foi precedida por um processo reflexivo, que incorporou a análise crítica da experiência progressa por parte dos pensadores envolvidos, bem como a avaliação cuidadosa dos benefícios potenciais para os afetados.

De acordo com Araujo (1988, p. 369), logo após a independência é lançada a campanha política para organizar a população rural em aldeias comunais em todo o país, movimento que não foi acompanhado com a capacidade de planificação e orientação para esse novo tipo de organização rural a todos os níveis, situação que com que surgissem concentrações populacionais maiores e, por vezes sem atentar à localização geográfica mais adequada.

A história da implantação das aldeias comunais em Moçambique, como foi referido anteriormente, por um lado resulta da inspiração da luta armada de libertação e, por outro, da vivência na Tanzânia, país que introduziu a política de *Ujama*, que influenciou grandemente os líderes da FRELIMO durante a sedida do movimento naquele país vizinho e do esforço do povo moçambicano durante a luta armada, bem como a Revolução Chinesa de 1949 e a Revolução Vietnamita de 1954, que levou a FRELIMO a promover a ideia de criação das aldeias comunais em Moçambique, logo depois da proclamação da independência nacional. Pela história da implantação das aldeias comunais em Moçambique, pode-se concluir que a política foi inspirada nas experiências da luta armada nas zonas libertadas que, na verdade, trouxeram sucesso naquele momento exato. No entender de Siliya (1996), no processo de edificação das aldeias comunais, Moçambique recorreu, por um lado, o método de sensibilização ou mobilização, por outro, o método coercivo, dependente das circunstâncias e situação geográfica.

A primeira fase

A primeira fase de implementação das aldeias comunais em Moçambique ocorreu em dois momentos, sendo o primeiro aquele que se deu durante a luta armada de libertação nacional (1964-1974), tendo sido preconizada pelos militantes da FRELIMO – ideia que contou com o apoio material, moral e humano das populações que viviam nas “zonas libertadas”, onde a libertação da zona era acompanhada pela criação da aldeia comunal. Nessa fase, as aldeias comunais foram construídas sem resistências sociais porque contavam com a vontade do povo, que, devido à ação da guerra, sentiu a necessidade de aglomerar-se em

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

zonas próximas por onde passariam a receber a proteção da FRELIMO (Abrahamsson; Nilson, 1994).

No segundo momento da primeira fase, no entender de Araujo (1988, p. 378),

[...] decorreu desde a independência, 25 de junho de 1975 até 1978, a distribuição das aldeias comunais não era acompanhada por uma planificação previa da sua localização geográfica, resultando antes da vontade da população camponesa e dos seus conhecimentos empíricos no que concerne à fertilidade dos solos e a existência de outros recursos.

O resultado do segundo momento da primeira fase foi a concentração das populações em locais previamente escolhidos pela FRELIMO, e, com isso, se pretendia, para além da proteção dos cidadãos conforme se dizia, mas retirar possíveis bases de apoio à RENAMO⁴, que necessitava das populações no quadro da estratégia de uma guerra de guerrilha. Esses fatos conduziram a ações coercivas de movimentação das pessoas que se viam pressionadas por ambas as forças militares. E devido à conjuntura sociopolítica da época, pode se afirmar que os resultados dessa fase foram satisfatórios, embora o processo todo fosse caracterizado, em alguns momentos, por violação de direitos básicos como aqueles de liberdade de escolha por parte das populações envolvidas nesse projeto.

Segunda fase

A transição da fase inicial para a subsequente não se limita a uma mera alteração perfunctória nas políticas de alojamento da população, mas representa, sobretudo, uma evolução multifacetada. Nesse processo, os ideais revolucionários encampados pela FRELIMO durante o período de luta de libertação colidem com as contingências postas à luz da independência, proporcionando a exposição das sutilezas das dinâmicas de poder, dos anseios das comunidades rurais e dos desafios inerentes à edificação de uma nova configuração social. Tudo isso ocorre no âmbito da proposta de urbanização do meio rural delineada no contexto do Moçambique socialista, em que as aldeias comunais se constituíram como pontos nodais dessa reconfiguração.

Os estudiosos Araujo (1988), Mosca (1999) e Mula (2022) concordam que a segunda fase das aldeias comunais ocorreu entre 1979 e 1985/6. Nesse período, foi iniciado um processo de distribuição territorial mais planejado, visando garantir um equilíbrio adequado entre a população e os recursos naturais. Isso incluiu recomendações sobre as

⁴ Resistência Nacional Moçambicana - movimento de guerrilha que surgiu em 1977 em oposição às políticas socialistas da FRELIMO.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

dimensões das aldeias em termos de área habitacional e agrícola, buscando estabelecer uma harmonia entre a comunidade e o ambiente em que viviam. Por alcançar bons resultados na anterior fase da sua implantação e reconhecendo o papel da população camponesa na luta de libertação nacional e, acima de tudo querendo alcançar o desenvolvimento socioeconômico do país, a FRELIMO quis reforçar a ideia das aldeias comunais. Entretanto, se, por um lado, fala-se da criação das aldeias comunais de maneira harmônica na primeira fase entre os militantes da FRELIMO e as comunidades rurais, principalmente das zonas libertadas, o que permitiu maior popularidade e adesão à FRELIMO, por outro, essa realidade não se verificou na segunda fase, na qual a população manifestou forte resistência à ideia de continuar a viver em aglomerados porque para aquela população, a única razão que levava a abandonar os seus habitats naturais e passar a viver nas aldeias comunais era a insegurança. Após o término da luta de libertação e a consequente independência de Moçambique, muitos habitantes não encontraram mais razões para permanecerem nas aldeias comunais. Para alguns, isso significava a perda de poder, especialmente para os chefes tradicionais, cuja influência foi reduzida. Para outros, representava uma restrição às suas liberdades individuais, pois as estruturas comunitárias podiam limitar as suas escolhas e autonomia. Ideia corroborada por Newitt (1997, p. 472) ao pontuar que:

As aldeias comunais contaram com forte oposição, sobretudo porque envolviam a mudança forçada dos camponeses da terra que tradicionalmente trabalhavam, e que era controlada pela sua própria linhagem para grandes aglomerados semiurbanos onde dependiam da comuna da aldeia para o acesso à terra. Muitos camponeses alojados em aldeias comunais regressaram simplesmente às suas antigas casas, deixando os novos aglomerados vazios, e quem os encorajou a fazê-lo foram os chefes tradicionais da sua linhagem, os quais, por sua vez, tinham sido destituídos por funcionários do partido e adjuntos eleitos, estes últimos os chamados Grupos Dinamizadores (GDs). Apesar de as aldeias comunais poderem apresentar muitas vantagens no papel, representavam para as populações forçadas, uma violência cultural e até a limitação da liberdade de escolha.

Na nossa análise, percebemos que essa política, embora parecesse coesa do ponto de vista socioeconômico, foi implementada, em certos casos, de maneira apressada, sem um entendimento prévio da realidade específica de cada região. Isso nos leva a concluir que a FRELIMO cometeu um erro semelhante ao dos europeus durante o processo de colonização, quando estabeleceram colonatos e aldeias indígenas sem considerar, adequadamente, as nuances da realidade africana. Essa ideia é partilhada por Ivala (2002, p. 162) ao salientar que,

Na criação das aldeias e bairros comunais, a escolha dos locais teve mais em conta aspetos econômicos e de condições de acessibilidade do que os de

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

ordem cultural e sociológicos das comunidades rurais. De um momento para outro, as pessoas viram-se obrigadas a abandonar o seu meio ecológico, o povoamento disperso para passarem a viver em meios de vida semi-urbana, pelo menos de aglomeração de casas de estruturação dos novos povoados. Por outro lado, as populações pertencentes a povoações e famílias linhageiras sem nenhuma relação tradicional que as ligasse viram-se obrigados a viver, pela primeira vez, uma vizinhança cerrada na aldeia. Por vezes acontecia que os responsáveis da aldeia pertenciam a uma das antigas povoações ou famílias linhageiras 'rivais'. Nestas condições, outros grupos sentiam-se como estando sob o "domínio" do grupo a que pertenciam os novos responsáveis.

Isso nos leva a considerar que, na busca por um desenvolvimento socioeconômico acelerado, a FRELIMO organizou as populações rurais sem uma análise prévia adequada de como implementar suas políticas, o que, frequentemente, resultou em conflitos com as realidades locais. Como observado por Siliya (1996), essa abordagem mecânica causou rupturas no tecido social e na rotina das comunidades, devido à aplicação apressada das políticas do governo, que, muitas vezes, não consideravam as nuances e as necessidades específicas de cada região.

Em 1984, tinham sido instituídas cerca de 1500 aldeias comunais, mas mais da metade destas eram as que se tinham criado durante a guerra de libertação e 600 delas encontravam-se em Cabo Delgado, no extremo norte de Moçambique (Abrahamsson; Nilson, 1994).

Ao revisar essa etapa, constata-se que, embora tenha alcançado resultados modestamente satisfatórios, o projeto deparou-se com uma forte resistência por parte das comunidades, levando muitas delas a abandonar as aldeias comunais e retornar às suas áreas de origem. Essa decisão foi influenciada, principalmente, pela persuasão e mobilização realizadas pelos chefes tradicionais de suas respectivas linhagens. Como destacado no texto, isso se deve, em parte, à escolha dos locais de reassentamento, que, muitas vezes, pareciam mais campos de refugiados do que centros destinados a urbanizar o meio rural. Além disso, a falta de consulta às comunidades, especialmente aos líderes tradicionais envolvidos nos reassentamentos, resultou na negligência da autoridade que eles exerciam sobre os seus próprios grupos populacionais. Para efetivar o projeto, foram realizados investimentos locais significativos visando atrair as populações para as aldeias comunais. Iniciativas como campanhas de alfabetização, construção de escolas, postos de saúde e fontes de água, além do fornecimento administrativo de bens essenciais às aldeias, foram promovidas pelo governo. Essas ações impulsionaram o crescimento das aldeias comunais nos primeiros anos, resultando em mais de 40% da população rural residindo nelas após apenas quatro anos. Esse

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

rápido e massivo processo foi considerado um sucesso modesto, especialmente quando se considera que, no norte de Moçambique, tais estatísticas são fortalecidas pelos aldeamentos estabelecidos pelo governo português durante a guerra colonial.

De acordo com Mosca (1999, p. 139), a concepção da implementação das aldeias comunais foi bastante diferente da atuação em relação aos setores econômicos. Enquanto os recursos para a economia e para os principais serviços eram definidos e afetados pelo plano, a construção das aldeias comunais e os serviços sociais no meio rural eram programados e executados de forma descentralizada. Essa descentralização facilitou a participação das comunidades na organização e nas decisões ao nível da base, demonstrando, assim, que um regime autoritário pode coexistir com elementos de democracia participativa, mesmo que com fins instrumentalistas como se verificou em Moçambique.

De acordo com Newitt (1997), a urbanização promovida pelas aldeias comunais e outras formas de organização social e política facilitou gradualmente a integração das mulheres na vida nacional. No entanto, as estruturas tradicionais e a resistência masculina as impediam de avançar plenamente em defesa de suas classes, trabalho remunerado ou participação no funcionalismo público. Ainda assim, Newitt (1997) destaca que, em 1977, 28% dos eleitos para as assembleias populares eram mulheres, uma proporção que, possivelmente, poderia ser comparada, favoravelmente, com as taxas de participação em outros países.

O significativo aumento da participação das mulheres na vida econômica, social e política do país pode ser atribuído ao apelo feito pelo presidente da FRELIMO, Samora Moisés Machel, durante a conferência de fundação da OMM em 1973. Em sua intervenção, ele destacou:

A emancipação das mulheres não é um ato de caridade, o resultado de uma atitude humanitária ou compadecida. A libertação das mulheres é uma necessidade fundamental para a Revolução, o garante da sua continuidade e uma condição previa da sua vitória. O principal objetivo da revolução é destruir o sistema de exploração e construir uma nova sociedade que liberte o potencial dos seres humanos, reconciliando-os com o trabalho e a natureza. É neste contexto que surge a questão da emancipação das mulheres (Machel, 1979, p. 18).

Considerando as duas fases das aldeias comunais, destaca-se uma narrativa abrangente que revela sucessos e desafios na transformação socioeconômica e política de Moçambique. A primeira fase foi marcada por implementações rápidas e desarticuladas, enquanto a segunda adotou uma abordagem mais planejada e sensível às realidades locais.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

Ambas enfatizaram a importância da participação comunitária e a necessidade de considerar as especificidades regionais. Apesar das dificuldades, como resistência local e rupturas sociais, os esforços de urbanização rural resultaram em benefícios, como maior participação das mulheres e melhorias na infraestrutura. Essas lições históricas têm implicações valiosas para futuras iniciativas de desenvolvimento rural e igualdade de gênero.

Impactos da implantação das aldeias comunais

Ao analisar os impactos da implantação de aldeias comunais, é essencial considerar as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldaram essas comunidades ao longo do tempo. Desde a sua implementação até os desafios enfrentados em diferentes fases, as aldeias comunais deixaram um legado complexo que influenciou, significativamente, a vida das populações rurais em Moçambique. Entender esses impactos requer uma análise holística, a qual leve em conta não apenas os resultados imediatos das políticas governamentais, mas também as experiências e perspectivas das comunidades locais envolvidas.

Embora os esforços para melhorar as condições nas aldeias comunais, como construir escolas e centros de saúde, tenham sido louváveis, Jamal (2009) aponta um impacto negativo. A mudança de estilo de vida afetou diversos aspectos, incluindo os socioculturais, econômicos e políticos. Anteriormente, as comunidades viviam em territórios liderados por chefes linhageiros, com um ambiente de respeito e baixa incidência de crimes, atribuído ao forte senso de comunidade familiar.

No âmbito político, as aldeias comunais geraram desconforto e insegurança entre as linhagens integradas – estas se sentiam obrigadas a demonstrar grande respeito, obediência e submissão à linhagem integradora, que supervisionava a construção das aldeias, sob o risco de serem expulsas do território do líder local.

Como reação ao que percebiam como uma humilhação, esses chefes linhageiros aproveitaram a crise dos anos 80, a qual afetou profundamente o país, para mobilizar as comunidades locais a se unirem à RENAMO, seguindo o seguinte raciocínio:

Estávamos colonizados sim, mas exercíamos as nossas funções, éramos ouvidos pelas autoridades coloniais, respeitavam a nossa cultura. Mas estas novas estruturas nos retiraram tudo, nos proibem rezar, nos retiraram as nossas funções, nas lojas não há nada, não há condições e não se pode falar de roupa. Ao menos eu, nessas condições prefiro no tempo colonial. Não vejo a hora que vou me livrar desta situação. (Relato [...] 1995 citado por Jamal, 2009, p. 35).

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

No contexto social e cultural, a distância entre os locais de culto da família linhageira e a tribo trouxe consequências negativas. Com o distanciamento dos antepassados, os vivos perderam sua proteção, resultando em um aumento de doenças endêmicas, secas, más colheitas e agravamento da miséria, o que gerou maior desordem social. Além disso, houve um aumento alarmante da imoralidade social, com aumento da fome levando ao roubo e alta criminalidade. Insultos, antes considerados tabus, tornaram-se frequentes, e a identificação de infratores tornou-se quase impossível devido à mistura de linhagens na comunidade.

Essa série de eventos ocorreu devido à política inicial da FRELIMO, após assumir o poder, que visava reformar o sistema de governança estabelecido durante o período colonial, desde a base até os níveis mais altos. Os régulos, que haviam colaborado com a administração colonial, foram considerados traidores pelo novo governo e, como resultado, foram excluídos da governança no primeiro governo independente da FRELIMO.

Considerações finais

A política das aldeias comunais surge como proposta da urbanização do meio rural no Moçambique socialista (1975-1986), mas também uma necessidade de ordenamento territorial e organização das populações rurais e do controle da mesma, sempre esteve presente nos projetos da FRELIMO com o propósito de criar melhores condições de vida nos locais de origem e travar o êxodo rural em busca de condições nos centros urbanos.

Do ponto de vista social e econômico, as aldeias comunais visavam diminuir a pressão populacional sobre espaços urbanos e, ao mesmo tempo, desenvolver áreas remotas e fracamente povoadas, mas ricas em recursos, bem como estimular a coletivização e fazer chegar à população rural serviços básicos no domínio da educação, da saúde e do abastecimento de água potável. Em relação ao aspecto político, o objetivo fundamental era controlar a população rural para impedir o apoio da mesma à RENAMO.

Apesar de o plano ser introduzido sem um prévio estudo, nos primeiros momentos houve resultados satisfatórios, embora modestos, mas o mesmo não se pode dizer na fase posterior, na qual, com a independência, as populações abandonaram as aldeias comunais porque, na opinião daquelas, não se justificava a permanência em locais de aglomeração, e que era o momento de retornar às suas zonas de origem para recuperar sua liberdade e poder, cuidar e criar seus animais, assim como cuidar dos seus locais sagrados.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

Referências bibliográficas

ABRAHAMSSON, Hans; NILSON, Anders. *Moçambique em transição: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: CEGRAF, 1994.

ARAUJO, Manuel G. Mendes de. *Geografia dos povoamentos: Uma análise geográfica dos assentamentos humanos rurais e urbanos*. Maputo: Livraria universitária; UEM, 1988.

BAIA, Alexandre Hilário Monteiro. *Os conteúdos da urbanização em Moçambique: considerações a partir da expansão da cidade de Nampula*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRITO, Luis. *A Frelimo, o Socialismo e a construção do Estado Nacional 1962-1983*. Maputo: IESE, 2019.

CANALMOZ, Sérgio Vieira com saudades das aldeias comunais. *Moçambique para todos*, 28 ago. 2009. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2009/08/28/ Acesso em: 5 maio 2023.

CASTELLS, Manuel. *La Cuestión Urbana*. México: Siglo Veintiuno, 1978.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: Era da informação: sociedade, economia e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELO, Claudia. Colonatos e aldeamentos no Niassa, Moçambique: processos e impactos sociais em tempos de guerra (1964-1974). *Tempo*, Niterói, v. 27, n. 3, p. 478-500, set. 2021.

GALLO, Fernanda Bianca Gonçalves. Para poderes viver como gente: Reflexões sobre o persistente combate ao modelo de vida disperso em Moçambique. *Revista Cantareira*, n. 25, p. 16-29, 2016. Dossiê Áfricas. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27921/16315> Acesso em: 10 maio 2023.

IVALA, Zacarias. *O Ensino de história e as relações entre os poderes Autóctones e Modernos em Moçambique, 1975-2000*. 2002. Tese (Doutorado em Educação e Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

JAMAL, Essiaca. *O Impacto das Aldeias comunais nas comunidades rurais de Angoche: Caso das Aldeias de Tamole e Cerema, 1975-1985*. 59f. Monografia (Licenciatura em Ensino de História) - Universidade Pedagógica de Moçambique, Nampula, 2009.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. *GEOgrafia*, ano 1, n. 1, p. 71-91, 1999.

MACHEL, Samora Moises. A libertação da mulher é uma necessidade da Revolução, garantia da sua igualdade, condição do seu triunfo. *Coleção Estudos e orientações*, n. 4, Maputo, jul. 1979. Departamento do trabalho ideológico da FRELIMO. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/mulher.pdf> Acesso em: 14 maio 2023.

MAGODE, José. *Etnicidade, nacionalismo e estado: transição inacabada*. Maputo: CEEI-ISRI, 1996.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031

MALOA, Tomé Miranda. *História da economia socialista moçambicana*. 2016. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MALOA, Tomé Miranda. A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, n. 11, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/qFxbYwrrWsPFh6Vq8SbvZ3j/> Acesso em: 14 maio 2023.

MATINE, Manuel Henriques. *A questão das aldeias comunais em Moçambique: a integração das famílias camponesas na Aldeia Comunal de Ximbongweni em Guijá, Província de Gaza (1977-1990)*. 2021. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Aldeias comunais em Moçambique. *Finestera*, v. 24, n. 48, p. 336-340, Lisboa, 1989.

MOSCA, João. *A Experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

MULA, Arcélia Ngomane. Aldeias comunais: “viver como gente”. *Nota informativa*, n. 5. 2022. Centro de Estudos de Paz, Conflitos e Bem-Estar.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

SILIYA, Carlos J. *Ensaio sobre Cultura em Moçambique*. Maputo: CEGRAF, 1996.